

Fernando Resende

Centro Universitário do Leste de Minas Gerais
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - Brasil

Ausências na comunicação social e no jornalismo:

A lógica da rua¹

O campo dos media configura-se, na sociedade que vive uma cultura pós-industrializada, como um dos mais importantes campos sociais. Ao pensarmos na constituição de um espaço público determinado pelo imbricamento de redes de experiências, tanto sociais como culturais e/ou de outras ordens, reconhecemos a comunicação social, e portanto os seus saberes e as suas práticas formatadas pelos aparatos tecnológicos, como constitutiva de um campo que muito contribui para que as relações sociais, na sociedade contemporânea, sejam, ao mesmo tempo, tecidas e compreendidas.

Na dimensão de um contemporâneo em que as sociabilidades se configuram por vias mediatizadas, a noção de espaço público, como lugar simbólico em que se tecem e se estabelecem as relações sociais, ganha relevos significativos. Tratam-se de fatores que, principalmente por alterarem as relações que as pessoas estabelecem com as noções de espaço e de tempo, reconfiguram os papéis e as pertinências dos vários campos que constituem a sociedade. As relações, que de diretas passam a ser sobrepostas, e nunca substituídas, pelas de circulação mediática, se conformam em um espaço cuja ordem se estabelece a partir de uma correlação de forças. No âmbito do espaço público conflituoso,² são os vários campos e organizações sociais coexistentes, através dos quais se articulam os saberes e as práticas cotidianas, que se reorganizam, constantemente. Nesse sentido, o avanço tecnológico sofrido pela sociedade que tem se configurado nos últimos 50 anos é um dado preponderante.

¹ Este trabalho foi realizado no âmbito do Programa de Bolsa CES de Curta Duração (Janeiro/2004), no Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal, instituição à qual o autor é profundamente grato.

² Cf. Miège (1992). O autor trabalha com a noção de conflito entre os diversos atores e campos sociais, como a nova ordem que rege o espaço público contemporâneo. Para a discussão acerca dos media e do espaço público, o trabalho de Jürgen Habermas, *Mudança estrutural da esfera pública* (1986), é de fundamental importância.

É o campo dos media, particularmente em suas perspectivas práticas, um dos grandes responsáveis pelas alterações a que nos aludimos. Principalmente a partir da chegada da televisão, o ato de estar no mundo ganha novas conformações. Não cabe aqui uma apologia à imagem e muito menos uma referência à sua possível preponderância no mundo atual, mas constatar o fato de que o advento da mídia eletrônica muito contribuiu para o encurtamento e o remodelamento dos espaços, das distâncias e dos tempos, cumprindo assim um importante papel tanto na reconfiguração do espaço público contemporâneo como na atenção que se volta para a importância da existência dos meios na sociedade. Primeiro, porque, no espaço público a que nos referimos, outros campos sociais, sejam de ordens políticas, jurídicas, econômicas ou culturais, passam a ter de se articular, de conviver e correlacionar forças, com o campo através do qual se fala, tanto deles como por eles. Depois, porque foi praticamente a reboque da televisão que todos os outros meios de comunicação, nascidos antes ou após o seu advento, ganharam uma relevância fundamental, fator que traz à tona a importância de todo o campo dos media.

Trata-se de um campo, como também o são os outros, que tanto se faz autônomo como dependente. Sua especificidade, entretanto, reside no fato de que a discursividade e a narratividade, além da tecnologia, sejam elementos nodais na sua própria constituição.³ Em outras palavras, ele instaura, ao mesmo tempo em que conforma e redefine, discursos sobre e para a sociedade; ou seja, ele cria e recria práticas sociais discursivas que tanto desejam falar da sociedade como constituir-se enquanto saber acerca desta mesma sociedade. O paradoxo se estabelece quando percebemos que, paralelamente a este processo, ressalta-se sua relativa dependência de outros campos, já que o discurso que ele cria sobrevive, também e fundamentalmente, da existência de outras instituições sociais de caráter estritamente político, econômico, cultural e/ou de qualquer outra ordem. Ou ainda, trata-se de um campo que tanto precisa dialogar com outros organismos da sociedade como também deles falar. Sendo assim, ele formata a sociedade ao mesmo tempo em que viabiliza leituras acerca da sociedade instituída e formatada por outros campos.

Ademais, junte-se a estes aspectos o fato de que trata-se de narrar experiências e modos de vida, calcados em subjetividades que estão insistentemente cravadas na objetividade demandada pela necessária lida com o cotidiano. Ou seja, eles interferem no *status quo* e

³ Ver, nesse sentido, um importante trabalho de Rodrigues (1984). O autor discute a “tríplice componente” que delimita o campo dos media como instituição social. Outros trabalhos posteriores têm o mérito de discutir as particularidades a que estas especificidades estão sujeitas, mas o trabalho citado traz a discussão mais geral acerca do assunto.

recriam modos de vida, porque lêem e provocam releituras de experiências subjetivas e objetivas e, vale dizer, de forma às vezes tão imperativa que tornam-se o lugar de onde as pessoas retiram o que sabem e o que se dispõem a compreender acerca do cotidiano e da vida. Estes talvez sejam alguns dos fatores mais fundamentais que têm provocado tantos estudos e reflexões acerca da presença da comunicação social na sociedade contemporânea.

A comunicação social e o jornalismo como objetos de estudo

O campo da sociologia, mais detidamente que outros campos, tem se dedicado a pensar acerca da comunicação social e de sua presença na sociedade. Os princípios da reflexão remontam a uma abordagem funcionalista que visa à compreensão da sociedade a partir dos efeitos e da influência dos meios e suas mensagens no comportamento coletivo. Assim, a sociologia dos efeitos e a teoria dos sistemas, que possibilita a interpretação do processo de informação na comunicação social, formam as principais teorias e métodos sociológicos a serem utilizados. Nota-se então uma forte influência do pensamento norte-americano que ocupa este tipo de reflexão até os anos 60, quando a produção intelectual acerca da comunicação social se desloca para a Europa. A Escola de Frankfurt, a partir de uma abordagem crítica, volta suas reflexões para as técnicas de análise de conteúdo e toma a sociedade como vítima de um processo de alienação que em princípio ocorreria devido, eminentemente, ao caráter industrial a que os meios se faziam sujeitos. Em uma perspectiva mais contemporânea, que data do final dos anos 70 para cá, muitos dos estudos têm se ocupado das questões acerca da presença e do papel das altas tecnologias na sociedade.

Por se tratar de um campo de investigação bastante recente e, certamente, devido ao processo acelerado de transformação por que passa a sociedade a partir do advento da mídia eletrônica – queremos insistir, um divisor de águas tanto no que diz respeito à prática comunicativa como à construção do pensamento acerca do campo dos media – as análises sociológicas debruçaram-se, substantivamente, sobre o pólo da produção, no que se refere ao campo da comunicação social. Os pólos da circulação e da recepção, que constituem a tríade na qual se inscreve todo o processo de comunicação, praticamente não constituíram um lugar

relevante na investigação acerca do campo dos media,⁴ tornando-se, eles próprios, ausências na epistemologia da comunicação erigida pelo campo da sociologia.

Desse modo, somente nos últimos 10 ou 15 anos, tem se buscado recuperar o processo, em sua dimensão complexa. E nessa perspectiva, tanto os Estudos Culturais têm servido como fonte principal quanto, por exemplo, a psicanálise, os estudos literários e a antropologia têm contribuído para a construção de olhares interdisciplinares, fazendo-se fundamentais para uma compreensão mais abrangente da sociedade da informação e/ou da comunicação. Tratam-se, no âmbito da abordagem que propomos, de perspectivas importantes que podem alimentar a própria sociologia de outras abordagens teóricas e metodológicas. Cumpre ressaltar que estes estudos, ainda que incipientes em termos históricos, muito têm contribuído para possibilitar uma visão mais global, e portanto complexa, da sociedade.

De qualquer modo, é preciso salientar, cabe à sociologia a reflexão e a construção de parâmetros de compreensão acerca da sociedade; e os processos globalizatórios, junto à força e à presença marcante dos meios de comunicação na sociedade contemporânea, não podem deixar de provocar aquele campo a seguir desenvolvendo outros estudos e outras reflexões que contribuam para uma melhor compreensão acerca dos modos de vida que se instauram na sociedade pós-industrializada. Até mesmo porque há outros dados e fatos sociais sendo inscritos na atualidade que, se negligenciados pela sociologia, ficam à deriva e deixam de se apresentar como relevantes.

Por exemplo, no tempo presente, quando a sociedade adquire dimensões tão complexas e quando as interrelações se estabelecem de forma tão imediata, devido mesmo ao avanço tecnológico suscitado pela própria modernidade, há que se fazer, do ponto de vista da sociologia que se preocupa com os intercruzamentos entre a sociedade e a comunicação social, a distinção entre comunicação e informação. Dois conceitos que, teoricamente, se perderam ao se confundirem e que, na prática, devido à confusão estabelecida, têm provocado sérias atrofias nas atividades englobadas pelo campo da comunicação social. Além disso, em uma perspectiva mais ampla, a narrativa, como espaço que *a priori* explicita a problemática da enunciação, pouco tem sido considerada pela sociologia da comunicação.⁵

⁴ Os trabalhos desenvolvidos pelos Estudos Culturais, na Inglaterra, nos anos 60, precisam ser citados como perspectivas que visam ao reconhecimento destas etapas do processo. Para este aspecto, as reflexões de Williams (1969) são inaugurais e fundamentais. No entanto, é preciso ressaltar, a influência destes trabalhos na configuração do pensamento acerca da sociedade e dos meios de comunicação foi relativamente pequena diante da preponderância das lógicas estabelecidas pelo funcionalismo e pela teoria crítica.

⁵ Os dois aspectos serão desenvolvidos mais cuidadosamente no decorrer do trabalho.

Nesse sentido, vale a pena citar a provocação de Arjun Appadurai que, em seu trabalho acerca dos processos de globalização na sociedade contemporânea, refere-se à imaginação como um aparato social que “passa a exercer um papel novo e significativo no mundo pós-eletrônico” (Appadurai, 1996: 5). O autor, sob essa ótica, lança um desafio à sociologia da comunicação. Para ele,

tais formas sociais praticamente não têm sido nomeadas pela ciência social atual e, mesmo quando o são, suas dinamicidades são frequentemente perdidas. (...) Uma tarefa para uma ciência social alerta e renovada é nomear e analisar estas formas móveis e repensar o significado de pesquisas mais apropriadas a esta mobilidade. (Appadurai, 2000: 7)

É seguro que, no âmbito desta reflexão, por razões de recorte metodológico, damos ênfase e os convidamos a leitura crítica em relação às perspectivas que se fizeram hegemônicas e dominaram o conhecimento construído pelas análises e pelos estudos sociológicos da comunicação acerca dos meios e de suas relações com a sociedade. Tal fato se deve, basicamente, a dois motivos. Primeiro, em uma perspectiva macro, porque uma análise do pensamento moderno, que na contemporaneidade tem se apresentado hegemônico, permite-nos constatar que alguns dos pressupostos positivistas, calcados em traços epistemológicos iluministas e condutistas, adquiriram um lugar de absoluta predominância em um mundo construído à luz do projeto da modernidade.⁶

Depois, em uma perspectiva micro, a que neste trabalho nos interessa particularmente, porque, do ponto de vista epistemológico e prático, o campo da comunicação social – e todos os saberes e práticas que o envolve – sofreu, drasticamente, os efeitos do pensamento social construído sob a égide do mesmo projeto. Sobre este aspecto vamos nos debruçar mais detidamente, já que ele diz respeito, direto, ao desenrolar da reflexão que ora fazemos. Há que ressaltar o fato de que, no campo dos media, trabalharemos com o jornalismo e suas narrativas ditas “oficiais”. Para Boaventura de Sousa Santos, uma das características da atual crise do paradigma da ciência moderna diz respeito à progressiva redução da prática à técnica (1989: 29). Nos aspectos macro e micro que este ensaio procura abordar, é esta uma constatação fundamental.

⁶ Neste aspecto, o trabalho de Santos (1987) é fundamental, uma vez que nesta obra, particularmente, o autor se dispõe a traçar um quadro comparativo de transição entre uma ciência dita “moderna” e uma outra por ele reconhecida como “pós-moderna”.

O jornalismo e suas narrativas: a conformação do *texto das lógicas*

De modo a reiterar as análises que dominaram os estudos acerca da sociologia da comunicação, a comunicação social e o jornalismo, como campos de reflexão e prática, têm-se delineado a partir de um processo histórico cujos marcos e proposições se delimitam em questões da ordem da produção (aqui entendida única e exclusivamente na perspectiva do emissor). No caso do jornalismo, especificamente, pensa-se pelo viés da construção da notícia ou dos conceitos que determinam sua prática — a objetividade, a imparcialidade, entre outros — ou, ainda, propõem-se análises dos modos narrativos predeterminados que nele se encontram inseridos. Nesse sentido, grande parte do que dele se sabe, já que seus aportes teóricos fundantes foram construídos basicamente no decorrer do século XX, muito se aproxima de um contexto histórico-social cujos valores e normas foram impingidos por um projeto ainda mais amplo, o projeto da modernidade. Para o estabelecimento de tal projeto, valores definidos como regras para se alcançar metas preestabelecidas (por exemplo, o progresso e o desenvolvimento social) tornaram-se determinantes no que tange à reflexão e à prática de diversos campos do saber. No que se refere à comunicação social e ao jornalismo, por se tratarem de campos de investigação relativamente jovens, esse efeito foi ainda mais significativo.

O jornalismo no Brasil, nos anos 40/50, constituía-se muito mais como prática e teve toda a sua reflexão tecida, basicamente, a partir das premissas que compõem as análises sociológicas e as teorias da comunicação. Por exemplo, a teoria do agendamento, que pretende compreender como questões específicas são enquadradas e oferecidas ao público, o conceito de *gatekeeper* e a teoria organizacional, somente para citar as primeiras investigações acadêmicas acerca do jornalismo, são estudos baseados em uma lógica funcionalista, na qual o emissor — jornal e/ou jornalista — é o “agente” causador de determinados efeitos.

Outras pesquisas, que, de certa forma, abrem um segundo momento de investigação, dizem respeito às questões ideológicas que permeiam o fazer jornalístico, seja pelo viés da ideia da dependência dos países do chamado “terceiro mundo” ou pela natureza problemática da linguagem, elemento estruturador da construção da notícia. Nesses estudos, de modo mais amplo, o que se percebe é a lógica estabelecida pela teoria crítica, que tem o emissor — também jornal e/ou jornalista — como o vilão da história.

Nesse sentido, sob a ótica funcionalista ou crítica, os estudos partem da perspectiva do emissor; não há, aparentemente, outro caminho possível para se compreender o jornalismo. Essa

atitude, além de reforçar o percurso traçado pelas teorias e pela sociologia da comunicação, contribui, efetivamente, para a concepção e a prática de um jornalismo voltado única e exclusivamente para o poder e a ação do veículo, na pessoa do dono e/ou da mensagem.

De modo amplo, o problema que levantamos diz respeito ao caráter unilateral que é dado ao processo comunicativo. Mauro Wilton de Sousa, em seu texto “Recepção e comunicação: a busca do sujeito”, chama atenção para o descompasso que há “entre o mundo do conhecimento epistemológico, o das posturas teórico-metodológicas e o das práticas de vida na sociedade de hoje” (1995: 27). A prática jornalística que se propõe sob a perspectiva de uma epistemologia condutista, da mesma forma, parece não condizer com a noção que se tem do que seja comunicação, afastando das práticas comunicativas — uma das práticas de vida na sociedade contemporânea — a produção de conhecimento que se vem tecendo acerca da comunicação social e do jornalismo. A unilateralidade impingida ao fenômeno comunicacional não o reconhece como processo, ao contrário, o faz estanque, pleno de razões que definem e limitam os modos e os espaços comunicacionais.

Sendo assim, notar a herança de tais pressupostos nas narrativas tradicionalmente apresentadas pelo jornalismo não se constitui uma tarefa difícil, principalmente porque elas têm como princípio basear-se em fatos comprovados e verificados (daí, talvez, a predominância dos números), e primam pela necessidade de dar respostas objetivas aos conflitos do cotidiano. Ao identificarmos como fundante o pensamento hegemônico que tem constituído os campos da sociologia da comunicação, além da comunicação social propriamente dita e do jornalismo, torna-se evidente a intervenção que a prática sofre a partir das construções teóricas desenvolvidas ao longo dos últimos anos.

As lógicas funcionalista e a teórico-crítica, encobertas, respectivamente, pelos paradigmas positivista e marxista, reforçam a idéia, cada uma a seu modo, de um uso instrumental dos meios de comunicação. São eles, nessa perspectiva, instrumentos, tal qual a palavra ‘meios’ sugere, que servem às propostas e aos objetivos das lógicas que os fundam. No caso do jornalismo, esse aspecto é particularmente importante, pois a instrumentalização dos meios encontra aparente justificativa no fato de o jornalismo sofrer interferências, radicalmente impositivas, de ordem econômica e ideológica. Principalmente, quando o campo/objeto é localizado em uma sociedade capitalista industrial, as lógicas que pressupõem a técnica parecem adquirir um papel de natural proeminência.

Deste modo, queremos ressaltar, chamamos de o *texto das lógicas* este que tem constituído e construído, em seu aspecto macro e paradigmático, o saber sobre a comunicação social e o jornalismo. Nele, há uma abordagem — a funcionalista — que se baseia em uma relação estímulo-resposta e cuja grande preocupação está em compreender os efeitos que as mensagens causam. Consta, ainda, uma outra — a teórico-crítica — que apesar de ser aparentemente menos positivista, apresenta-se um tanto quanto direcionada, uma vez que, também acreditando em um poder intrínseco à mensagem, preocupa-se com as influências que esta exerceria sobre o público receptor. Ambas, formando esse grande texto, propõem que se olhe a mensagem, não com o intuito de entendê-la em sua estrutura, mas de pensar as estratégias e as técnicas, seja porque devam ser melhor utilizadas ou porque já o estão fazendo.

Em particular, a lógica funcionalista, por sugerir um ordenamento que visa ao aperfeiçoamento e à eficácia comunicativa, adequa-se perfeitamente a um *modus operandi* industrial cujo propósito é uma produção reconhecidamente formatada. As narrativas jornalísticas, se vistas como produtos desse projeto, não poderiam ser outras além das que se denominam “tradicionais”. Além disso, as lógicas que operam tais narrativas simplificam o trabalho do jornalista — caem como uma luva na problemática da falta de tempo que esse profissional enfrenta — reconhecendo-as e legitimando-as como narrativas próprias do jornalismo.

A lógica teórico-crítica, por sua vez, faz-se conservadora na medida em que não propõe intervenções. Ela cumpre o importante papel de denunciar o uso ideológico dos meios, mas não os “desinstrumentaliza”, porque insiste em ver o jornalismo como objeto, no caso, lugar de produção de bens a serem consumidos. Nesse texto construído pela teoria crítica, as narrativas jornalísticas são, por princípio, alienantes, e é o conteúdo que, exclusivamente, merece a consideração dos estudiosos. Sabe-se que, principalmente no caso da teoria crítica, isso pode configurar um olhar reducionista,⁷ mas, cumpre ressaltar, é proposto aqui um recorte que busca compreender o papel hegemônico de determinados aspectos na construção de um texto — o *texto das lógicas* — que tem moldado a compreensão e a produção contemporânea das narrativas jornalísticas.

⁷ De alguma maneira, negligenciamos o fato de que os estudos críticos produzidos pelos teóricos de Frankfurt apresentam outros aspectos de grande relevância para o campo da comunicação social; neste momento, exatamente por se tratar de um recorte, os papéis que teóricos como Walter Benjamin e Habermas têm cumprido no desenvolvimento das pesquisas críticas são relativizados. Isso se deve exclusivamente ao fato de se entender que o pensamento desses autores não se fez hegemônico na construção do *texto das lógicas* que aqui se procura conhecer.

Dessa forma, entende-se que esse texto tem determinado um fazer e um pensar jornalísticos que, por razões de fundo epistemológico, têm trazido como implicação um agir — aqui compreendido em seu aspecto prático e simbólico — tão atrofiado quanto as próprias narrativas que dele derivam.⁸ Para Armand e Michèle Mattelart,

Todos os que trabalham com a mídia encontram-se hoje afetados pelo positivismo administrativo, por esse novo utilitarismo estimulador da pesquisa de ferramentas epistemológicas que permitam a neutralização das tensões via soluções técnicas. Os saberes sobre a comunicação não escapam a essa tendência. (1999: 186)

É esse o *texto das lógicas* que visa a resolver o problema da ambigüidade — este sim intrínseco ao texto outro — via soluções técnicas. No caso do jornalismo — e vale dizer que em outras práticas discursivas, sejam elas sociais, culturais, econômicas e/ou políticas, o quadro, ainda que assuma diferentes proporções, não é muito distinto — o resultado que desse texto advém é fruto de uma prática ora conservadora ora denunciatória. Ou seja, na prática jornalística, os profissionais vêm-se, muitas vezes, fadados a narrar o óbvio e/ou o superficial — para serem pragmáticos, claros e objetivos (conceitos que são fruto da preocupação com os efeitos). Outras vezes, como alternativa, travestem-se de cordeiros, para não serem o lobo do lobo do homem, e se predispõem a denunciar as vilanias e falcatruas que, segundo as acusações teórico-críticas, encontram guarita, quase sempre, nos próprios veículos que são usados como instrumentos. Tal observação muito diz sobre o modo como o jornalismo, hoje, é estruturado. Na tentativa de resolver os conflitos, ele se funda em regras e técnicas que pressupõem seu modo de falar do mundo. O discurso jornalístico, controlado e normatizado, conta histórias do cotidiano como se elas não fossem parte de constantes (r)evoluções.

Não se quer, com essa reflexão, descartar ou refutar o funcionalismo e a teoria crítica como métodos (eles foram e continuam sendo de extrema importância para que se possam produzir conhecimentos acerca da comunicação social e do jornalismo), mas, antes, repensá-los como lógicas que, aparentemente ocultas, têm determinado modelos e práticas comunicativas. Nesse sentido, dá-se a elas um lugar de destaque no universo epistemológico⁹ da comunicação social — no grande texto por elas construído — ao mesmo tempo em que se sabe que outros aspectos e componentes, frutos de outros métodos e outras lógicas, também são constitutivos

⁸ Chamamos de “narrativas atrofiadas” as que nascem à luz do recorte que propomos.

⁹ Adota-se aqui uma perspectiva foucaultiana que propõe a idéia de *epistémè* como conjunto do modo de pensar que determina o modo de ser das pessoas. Dessa maneira, interessa conhecer o campo (jornalismo) à luz das figuras epistemológicas que o constituem, antes mesmo de se focalizarem os conceitos.

desse mesmo texto. Trata-se, portanto, de propor um recorte que possibilite um olhar não ao jornalismo como um todo, mas ao ato jornalístico, ao modo como sua prática vem-se constituindo ao longo dos anos.

Repensar saberes e práticas: um desafio de ordem epistemológica

Se, nesse momento de trânsito, a coexistência de saberes ganha relevância, a reflexão e a elaboração de “novas” abordagens que visem à estruturação e à compreensão do pensamento comunicacional são fatos determinantes. Além disso, a constatação da necessidade de mudança nos parâmetros usados para narrar os acontecimentos do mundo é concomitante à proeminência de uma variedade absurda de textos, verbais ou não, que, em seus respectivos modos e lugares, também narram os mundos. Assim, se os fatos aqui tratados parecem revelar uma problemática global – o quadro hegemônico de uma lógica moderna monolítica interfere tanto na estruturação dos saberes no mundo como nas práticas que os subjazem –, eles revelam particularidades, no caso da comunicação social e do jornalismo, que merecem ser consideradas.

Nesse sentido, vale insistir, o campo da sociologia da comunicação tem um papel fundamental. A reflexão que ora fazemos, considerando o lugar específico do qual falamos, pretende, também, contribuir para provocar os que pensam do ponto de vista da sociologia. Vale dizer, se a denúncia cabe aos que se propõem a refletir de dentro do campo dos media, cabe aos que pensam o problema do ponto de vista sociológico encontrarem elementos que possam contribuir para a construção de outros parâmetros e olhares acerca da sociedade e de suas relações com os meios de comunicação.

O fato de procurarmos elucidar como as lógicas fundamentadas e amparadas pelo pensamento moderno têm contribuído para o atrofiamiento tanto do pensamento acerca da comunicação social e do jornalismo como das práticas narrativas que a ele subjazem, portanto, deve ter o sentido de um sinal de alerta. Há, na sociedade, vozes que clamam por uma narrativa do cotidiano que seja mais próxima de suas realidades. Quando se transita na ordem de um real complexo, o problema é transparente e fossos profundos são evidenciados.

Nas ruas, por exemplo, identificamos o vazio quando Raimundo Abreu, 38 anos, catador de papel na cidade de Belo Horizonte, diz que o jornalismo tem “duas linhagens, uma de entretenimento e a outra séria, aquela que a gente não entende”. Sr. Nilder, 56 anos, entrevistado na Praça 7, região central da mesma cidade, diz que não lê mais jornal, “eles não falam do meu

cotidiano”.¹⁰ Outra fonte, o Movimento de Meninos e Meninas de Rua, em um seminário, também na cidade de Belo Horizonte, lançou uma carta-documento em que reclama do modo como esses meninos e meninas são tratados pela imprensa: “você nos intimidam”, é o que eles dizem.¹¹ Não há, a menos que queiramos nos manter encastelados, como deixar de escutar este outro que nos fala.

Do texto das lógicas à lógica do texto

As narrativas “oficiais”, nascidas do *texto das lógicas*, como aqui propomos considerar, são atrofiadas porque partem do princípio de que sua construção depende exclusivamente de normas/regras previamente estabelecidas que, uma vez aplicadas ao texto jornalístico, são capazes de explicar os acontecimentos do mundo. Um dos princípios epistemológicos do jornalismo ancora-se no fato de ser este o lugar do discurso pautado pela verdade. E é esse o eixo que norteia a construção da narrativa jornalística.

A problemática da enunciação, absolutamente pertinente à problemática relativa ao ato de anunciar a verdade, é abordada por Michel de Certeau de uma maneira bastante elucidativa. Trata-se de um vazio aberto pela modernidade que, como bem lembra esse autor, deixou a comunicação, desde então, marcada pela perda do Primeiro Locutor:

A virada da modernidade se caracteriza em primeiro lugar, no século XVII, pela desvalorização do enunciado e pela concentração sobre o ato de enunciar, a enunciação. Quando se tinha certeza quanto ao locutor (‘Deus fala no mundo’), a atenção se voltava para o ato de decodificar os Seus enunciados, os ‘mistérios’ do mundo. Mas quando essa certeza fica perturbada com as instituições políticas e religiosas que lhe davam garantia, pergunta-se pela possibilidade de achar substitutos para o único locutor: Quem falará? É a quem? Com o desaparecimento do Primeiro Locutor surge o problema da comunicação, ou seja, de uma linguagem que se deve *fazer* e não mais somente *ouvir*. (2000: 229)

O trabalho de Certeau, entre outros aspectos, nos faz entender que a “morte do Deus”, ou a perda do Primeiro Locutor, provocou a exasperação dos discursos e a exaltação de outros pequenos deuses. Ou seja, somos penalizados pela morte d’Aquele que fala e fomos, com esse fato, impelidos ao fazer. Tarefa difícil a de ocupar o lugar do Deus. O espelhar-se é, praticamente, inevitável. Feitos à imagem e semelhança Dele, vestimos a roupagem das técnicas e nos arvoramos a falar. A fazer falar. Não falamos, fazemos com que outras verdades sejam

¹⁰ Dados coletados em entrevistas feitas no período de agosto a dezembro/2001, na cidade de Belo Horizonte, Brasil.

¹¹ Cf. Nota publicada no jornal *Folha de São Paulo*, no dia 12/03/2001.

ditas por nós. Dizemos, e, no ato de dizer, provocamos o corte. Se antes nos era dada a função de ouvir, ao fazermos-nos na fala Dele, rompemos com as condições de escuta. Rompemos, exclusivamente, porque não falamos para o outro, mas por Ele. Nesse sentido, é preciso ressaltar, a problemática da fala resolve-se pela via da ruptura com o outro.

A escrita, que então advém da fala construída em favor do Deus, sofre as conseqüências de uma sistematização. Há que escrever, porque desse modo são tecidas as histórias do mundo, mas abrir mão do divino implica um processo de racionalização e objetivização da escrita, reflexo de um estar-no-mundo que também se apresenta burocratizado. Os discursos tecidos nesse contexto tornam-se práticas de oratória, antes de serem, eles próprios, a oração em processo de construção. Nesse sentido, a ruptura de que falamos, no caso da comunicação social, interfere drasticamente no seu caráter processual porque pressupõe, à luz do *texto das lógicas*, uma ausência que não é real. Funda-se um discurso institucionalizado — o que não é privilégio deste tempo e nem mesmo do jornalismo especificamente — que prima pelo esquecimento do outro.

É esse discurso, e talvez esteja aí um dado bastante significativo quando se pretende analisar estes acontecimentos em sua dimensão social, que tem contribuído para que o campo dos media, como instituição social autônoma, tenha adquirido uma ordem específica de dominação. Um tipo de discurso, de acordo com Rodrigues, que “se traduz na camuflagem do sujeito da enunciação, criando uma autêntica mais-valia simbólica de credibilidade do enunciado, pela anulação do lugar de onde se fala, universalizando e naturalizando aquilo que se diz” (1984: 22). Em outras palavras, um discurso atrofiado, uma vez que, ao procurar esconder aquele que fala – no caso, o jornalista – evita defrontar-se com a problemática aberta pela modernidade.

No entanto, porque as falas não se dão em um vazio, a problemática, recalçada, retorna. Os textos, quando cegos, não se oferecem à luz do olhar, mas são vistos por aqueles mesmos com quem um dia se rompeu. Os estudos da comunicação — e neles, os que se remetem ao jornalismo — curiosamente, no contemporâneo, têm-se voltado para a problemática da escuta. É um processo interessante, o mundo que se tenta construir dessubjetivado apresenta-se, ele próprio, pleno de subjetividades. Suas (des)realizações — reflexos dos desencontros entre o um e o outro e das desproporções econômicas, sociais e culturais que, no hoje, enfrentamos — provocam dúvidas e incertezas, reinventando, para o homem, a condição da busca. O sentido da escuta, nesse aspecto, é importante, já que o retorno do problema só acontece porque o outro existe. Existe como sujeito e,

por fazer parte do mundo (des)realizado, reclama o seu direito no lugar da fala.¹² É um ir e vir que muito bem esclarece o processo comunicacional. Não há locutor sem alocutário, pode-se fingir a ausência do outro, mas ele está lá, ou no lugar específico da escuta ou no texto que é tecido por aquele que fala.

É sob essa perspectiva que, em complementação ao texto das lógicas, temos sugerido que a *lógica do texto* possa adquirir um lugar de relevância como fonte e elemento de pesquisa, tanto para a sociologia da comunicação como para os campos específicos da comunicação social e do jornalismo. Esse caminho, vale ressaltar, abre-se para a dimensão das narrativas. A proposta primeiro advém do fato de percebermos que, no jornalismo, a narrativa tem sido o último lugar para o qual se olha. Afirmar um tanto quanto estranha, ou no mínimo paradoxal, já que é a narrativa o real objeto/produto do trabalho jornalístico.

Se, no campo da produção de conhecimento acerca do jornalismo, uma das preocupações constantes é a mensagem, vale ressaltar, reconhece-se que tal reflexão se completa e se exaure nas questões que se tecem acerca do seu conteúdo, dirimindo as possibilidades de se encontrarem alternativas outras que não agir de acordo com as lógicas que demarcam esse campo. Vale ainda dizer, quando o *texto das lógicas* parece impor as condições epistemológicas e, por conseguinte, os instrumentos com os quais pensar e operar o jornalismo, é interessante propor que o texto, em seu caráter estruturante e estruturador, seja o centro a partir do qual o olhar será direcionado. Mais ainda, é necessário conhecer e questionar o próprio discurso, uma vez que é a partir dele, como ato de escritura e de leitura, que se acredita ser possível, também, pensar o jornalismo como campo de conhecimento e prática.

A abordagem pela *lógica do texto* leva a uma outra dimensão, distinta da que serviu às abordagens funcionalista e teórico-crítica. E esse outro lugar a que se é levado implica, necessariamente, um olhar menos voltado ao conteúdo da mensagem e, por isso mesmo, mais atento à tessitura do texto propriamente dita, ou ainda, aos interstícios da narrativa jornalística. Nesse sentido, propor que se direcione o olhar à narrativa significa dar primazia ao ato jornalístico como prática discursiva, muito antes de privilegiar conceitos que aparentemente fundam todo e qualquer campo de conhecimento.

Trata-se, assim, de uma incursão em um universo outro que não o que exclusivamente se pauta no conhecimento que apresenta e elabora condições extrínsecas ao campo discursivo. Ou

¹² O trabalho de Touraine (1995) é relevante neste sentido porque faz uma leitura crítica da modernidade, na qual se destacam as contradições que, vividas no período moderno, provocam o “retorno” do sujeito como ator social.

seja, é um caminho que nos permite entrar no universo da linguagem, o que é essencial em se tratando dos campos a que nos referimos. Por conseguinte, vale ressaltar que ele permite investigar, no lugar próprio da comunicação, a questão que na modernidade a tem afligido: a problemática da enunciação.¹³

Elementos para uma renovada sociologia da comunicação

a) A narrativa

O olhar proposto pela *lógica do texto*, além de nos levar a refletir sobre aspectos subjetivos tão ausentes¹⁴ no discurso jornalístico e na sua prática “oficial”, pretende dialogar e ao mesmo tempo contribuir para que, no momento de trânsito em que vivemos, seja possível trabalhar com um presente dilatado, menos afeito às perspectivas fugazes e velozes que as razões metonímicas e prolépticas, como são criticadas por Santos (2002), nos oferecem. Nesse aspecto, parece-nos fundamental ressaltar que, ao chamarmos atenção para a problemática da enunciação nos referidos campos, podemos fomentar a sociologia da comunicação de elementos que possam contribuir para a construção do olhar que se tem tecido acerca da sociedade mediatizada. Em outras palavras, a partir da abordagem que propomos, queremos sugerir que a narrativa, em seu caráter dinâmico e social, possa se fazer presente nas análises e nas reflexões sobre a sociedade que constrói (e se reconstrói com) os meios de comunicação.

Em um trabalho renovador para o campo dos media, Jesús Martín-Barbero alerta-nos para a relevância de se desenvolver outros parâmetros nos estudos acerca dos meios de comunicação. Para esse autor, faz-se necessário transitar do paradigma informacional – em vários aspectos, o mesmo que constituiu o *texto das lógicas* – para um outro, mais atento às mediações do que aos meios propriamente ditos. Em termos históricos e teóricos, Martín-Barbero rompe com o princípio básico que orientava os estudos pela perspectiva dos meios (o jornal, o rádio, a televisão, entre outros), ao propor que o relevante, na sociedade contemporânea, estaria nas relações (sociais, culturais, entre outras), que configuram e constituem a existência

¹³ Os resultados desta proposta, em suas dimensões teóricas e práticas, encontram-se em Resende (2002).

¹⁴ O termo “ausência”, quando utilizado neste ensaio, refere-se às práticas e experiências sociais, além dos agentes e saberes, desperdiçados pela ciência moderna. Trata-se de um conceito desenvolvido por Boaventura de Sousa Santos, em: “Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências” (2002).

desses meios.¹⁵ Nesse sentido, as narrativas, porque cumprem a função de tecer a existência entre os meios e a sociedade, são elementos essenciais.

Ao experimentarmos, no tempo presente, relações tão absolutamente próximas, principalmente porque mediatizadas, deparamo-nos com aspectos sobre os quais vale refletir. Os processos globalizatórios, parte de um mundo que se desterritorializa com o avanço e a ajuda, primordiais, dos meios de comunicação, alteram as noções de espaço e tempo, reconfigurando os modos de estar no mundo. Do ponto de vista teórico, percorrem-se trilhas antes desconhecidas, principalmente porque alteram-se as lógicas de existência que passam a demandar outras lógicas de compreensão. Os estudos inter- e transdisciplinares, por exemplo, tornam-se essenciais e constitutivos de uma época em que o mundo, como afirma Santos, diante de uma imensa diversidade de experiências sociais, abre “caminho para novos *direitos às opções*, que atravessam fronteiras até há pouco tempo policiadas pela tradição, pelo nacionalismo, pela linguagem ou pela ideologia” (2002: 60; grifo do autor).

As narrativas, nesse contexto, têm um papel primordial, primeiro porque nelas são tecidos os saberes acerca do mundo, depois porque, a partir delas, outros saberes são construídos. Em outras palavras, se há alguma mediação possível, pelo menos em se tratando do campo dos media, ela acontece na e através da narrativa. Vale ainda lembrar, o triângulo que delimita o campo dos media enquanto instituição social, de acordo com Rodrigues (1984), tem a narratividade em uma de suas pontas. Para esse autor, os meios, que ele chama de “máquinas narrativas”,

Asseguram (...) ao mesmo tempo a continuidade e a rotura, actualização da Grande Narrativa fundadora e corte numa *multiplicidade de pequenas narrativas menores*, prolongamentos mediáticos do imaginário ancestral e produção de uma racionalidade quotidiana, de um efeito de realidade. Dupla pertença: ao imaginário ancestral e à quotidianidade, fonte de uma nova estratégia legitimadora da divisão e da rarefacção do espaço. (1984: 63, grifo nosso)

Ou seja, as “pequenas narrativas” – diversas, plurais e inumeráveis, como bem diz Roland Barthes (1971) – tornam-se importantes elementos a serem investigados do ponto de vista sociológico, porque conferem legitimidade e redividem, socialmente, o espaço no qual elas pertencem.

¹⁵ Para o autor, “durante muito tempo estudamos comunicação sem pensar no seu papel na reorganização da divisão social” (1997: 44).

Além disso, há que registrar o fato de que é no tempo presente, também concomitante à dinâmica de desterritorialização e aos processos globalizatórios que, através do campo dos media e em ritmo acelerado, eclodem e se diversificam as narrativas. Falamos, hoje, de tudo, de todos e de vários modos possíveis, através das “máquinas narrativas” que a própria modernidade criou. É certo que em condições distintas, já que nem todos têm o mesmo tipo de acesso à fala e/ou à escuta, mas sabemos ser impossível estar indiferente às formas várias que se tem encontrado para falar do mundo. É esta uma constatação de ordem prática que nos leva a uma dimensão social sem precedentes e que não tem limites.

Primeiro, porque em nenhum outro tempo tantas “máquinas” coexistiram e de maneira tão veloz conseguiram se fazer transmissoras de tantas variadas e significativas informações. Por satélites ou por redes telemáticas, em um curtíssimo espaço de tempo, as narrativas saltam de uma ponta a outra do mundo, reconfigurando tempos e espaços, e construindo saberes que, bem ou mal, determinam e alteram os modos de estar e experimentar o mundo. O caráter social a que este fato alude diz respeito às intervenções provocadas. Para Appadurai, por exemplo,

o grande discurso acerca da modernização desenvolvimentista (crescimento econômico, alta tecnologia, negócios agrários, educação, militarização) ainda persiste em vários países. No entanto, é frequentemente pontuado, questionado e redefinido por micronarrativas de filmes, televisão, música e outras formas de expressão que permitem que a modernidade seja reescrita, mais como uma globalização que respeita as especificidades locais que uma que faça concessão a procedimentos de larga escala, nacional e internacional. (1996:10)

Uma observação relevante que nos faz pensar na importância que o campo dos media tem na organização e na divisão do espaço social. No Brasil, por exemplo, surgem, no campo dos media e através dele, vários movimentos em favelas ou em outros espaços à margem da sociedade. Há, entre muitos, o Movimento dos Sem-Terra, o grupo Afro-Reggae da Favela do Vigário Geral no Rio de Janeiro e as várias ONGs, além de outros movimentos que cada vez mais ocupam os meios de comunicação e se fazem presentes e partes da sociedade como um todo — são modos de organização que, em uma significativa reocupação do espaço social, revigoram o processo de formação de cidadania. Formas que sublinham vozes de outros atores sociais.

É interessante notar que são essas as mesmas vozes que também formam a chamada sociedade de massa. Grupo do qual todos fazemos parte, que vive o processo de criar e recriar mediações alienatórias e não. No lugar conflituoso, é preciso notar, as narrativas coabitam. Nesse espaço, fazemo-nos todos sujeitos produtores de textos e, para salvar-nos, fazemo-nos também ouvintes. Desse modo, é preciso notar, narramos, bem e mal, as nossas próprias histórias, recriando-nos em espaços públicos parciais.¹⁶

O trabalho de Appadurai é particularmente relevante no contexto da nossa reflexão porque, na perspectiva das migrações e da inscrição do meio eletrônico na sociedade, o autor reavalia o papel da imaginação na reconfiguração do espaço social. No mundo pós-eletrônico, segundo esse autor, devido ao próprio avanço tecnológico, ocorre uma mudança sistemática e significativa no que diz respeito à imaginação porque ela rompe o espaço da arte, do mito e do ritual para tornar-se parte do “trabalho mental cotidiano” de pessoas comuns em muitas sociedades (1996: 5). O que para a nossa reflexão revela-se como significativo é o fato de que todo o trabalho de imaginação, pensado por Appadurai como fundamentalmente social, deriva das narrativas mediáticas. O próprio autor entende que “a mídia eletrônica marca e reconstitui um campo muito mais amplo, no qual os meios impressos e outras formas orais, visuais ou auditivas de mediação continuam a ser importantes” (1996: 3).

Sob essa ótica, vemos a narrativa como uma forma de representação coletiva, como um elemento que cria e recria sociabilidades, como práticas comunicativas sociais que definitivamente contribuem, na sociedade mediatizada, para o alargamento dos horizontes de experiência. E nesse aspecto, é fundamental que a sociologia da comunicação esteja atenta às formas de narrar o mundo. Não exclusivamente ao conteúdo das mensagens que se passa – é esta a perspectiva do *texto das lógicas* – mas, principalmente, às dimensões éticas e estéticas que, da perspectiva das mediações ou da *lógica do texto*, reposicionam os campos e os atores sociais, oferecendo a eles possibilidades de existência.¹⁷

¹⁶ Miège (1992) desenvolve uma reflexão muito interessante neste aspecto. Para esse autor, trabalhamos, na contemporaneidade, na perspectiva de espaços públicos parciais, e não mais universais, os quais os meios de comunicação têm participação efetiva. Na mesma perspectiva trabalha Appadurai (1996), que pensa na formação de “esferas públicas diaspóricas”, pequenos espaços de ação fomentados pelo processo de mediação de massa.

¹⁷ No campo do jornalismo escrito esta proposta está desenvolvida em Resende (2002). Um dos caminhos interessantes que a abordagem pela *lógica do texto* possibilitou, no referido trabalho, se refere à ampliação do universo narrativo jornalístico. Nele, outras narrativas, além das ditas “oficiais”, se tornaram presentes. São as chamadas “narrativas de resistência” que, em contraponto às “atrofiadas” – tecidas pelo *texto das lógicas* – remetem-nos a uma dimensão mais subjetiva e complexa, tanto da prática jornalística como dos valores e conceitos com os quais este campo trabalha. Para essa perspectiva, faz-se fundamental a reflexão acerca das narrativas que tem sido desenvolvida no campo dos estudos literários, particularmente, as obras de Mikhail Bakhtin (1995 e 1997) e Barthes (1971).

Portanto, na contra-hegemonia do processo teórico-metodológico dominante que tanto a comunicação social e o jornalismo como a própria sociologia da comunicação têm trabalhado, o que a *lógica do texto* propõe é que o sentido de olhar a narrativa seja o de trabalhar com a escuta. Ou seja, com o elo rompido pela modernidade, o que tem absoluta relação, como temos visto, com uma das problemáticas centrais da comunicação.

É preciso ressaltar que a sociologia, de modo geral, já traz, como objeto de análise, narrativas orais (as entrevistas, por exemplo) e outros documentos, que são muitas vezes, os próprios jornais. No entanto, a dimensão subjetiva que a *lógica do texto* sugere pode oferecer às análises sociológicas da comunicação uma perspectiva outra que vise, no mínimo, ao reconhecimento de que a dinâmica comunicacional é de uma ordem mais complexa que aquelas para as quais as perspectivas teóricas dominantes nos alertaram. Por exemplo, fazer notar a existência de outros atores sociais, no campo dos media, não significa, tão-somente, identificá-los como notícias, mas reconhecer aspectos que têm feito com que eles próprios se tornem ou se façam notícias. E reconhecer, mais ainda, em quais dimensões éticas e estéticas as máquinas narrativas têm incorporado as suas presenças. Trata-se de trabalhar em uma perspectiva outra que visa pensar não somente os efeitos que os meios têm sobre a sociedade, mas em quais aspectos e sentidos a sociedade tem contribuído para que os meios se reconstituam.¹⁸

b) Comunicação

Esse trabalho, no âmbito da nossa reflexão, não pode ser feito sem a compreensão mais abrangente de uma outra problemática que também se instaurou na modernidade: a confusão estabelecida entre comunicação e informação. A comunicação social, do ponto de vista teórico e prático, sofreu, possivelmente mais que outros “modos” de apreender e viver o mundo (como a filosofia e a sociologia, por exemplo), os efeitos de uma sociedade concebida sob a égide do projeto da modernidade. O processo de desenvolvimento tecnológico, que nos últimos anos se acelerou e ditou as regras na composição dos valores sociais, é concomitante ao desenvolvimento da comunicação, o que leva a se pensar os dois processos como um só. Ou seja, o desenvolvimento tecnológico confunde-se com/é o próprio desenvolvimento da comunicação.

¹⁸ Há alguns trabalhos sendo feitos nesse sentido que pedem, ao nosso ver, uma sistematização e um reconhecimento, do ponto de vista epistemológico, tanto do campo dos media como do que se refere à sociologia da comunicação. No Brasil, muitos nascem das reflexões que se tecem em parceria com a antropologia e a sociologia. Por exemplo, ver Borelli e Lopes (2002) e França (1998). Em Portugal, nessa perspectiva encontra-se o trabalho de Mendes (2003).

A indústria da mídia, enquanto crescia, reiterava o caráter utópico do projeto da modernidade. E, por esse fato ou com ele, o conhecimento sobre a comunicação tornou-se reflexo de uma prática que é, ao mesmo tempo, legitimada pelo que dela se pensa. Dessa maneira, também para corresponder aos anseios de um corpo social que se configurava com base em noções como ordem, progresso e desenvolvimento — paralelamente a um acelerado processo de urbanização que envolvia, particularmente no caso do Brasil, um significativo crescimento industrial e demográfico — os meios de comunicação fizeram-se massivos. Eles estabeleceram-se e estruturaram-se como “meios”, no sentido funcionalista do termo, antes mesmo de poderem ser vistos como suportes veiculadores das leituras que se fazem sobre o mundo. Esse parece ser, para a comunicação, o legado deixado pela imposição de um paradigma dominante.

Sob essa perspectiva é que se faz possível propor que se reconheça, no campo dos media, uma dicotomia de concepção que faz com que a noção de comunicação seja abordada em uma perspectiva de difusão ou em uma outra, a de comunicação social propriamente dita. As duas abordagens possíveis, vale ressaltar, também nos parecem respectivamente divididas entre as perspectivas das *lógicas* e a do *texto*.

A primeira abordagem, aparentemente, reitera a noção de comunicação em sua condição prática; a segunda, em sua condição teórica. A idéia de difusão, legitimada pela ordem desenvolvimentista e mecanicista que triunfa na modernidade, é prática comum nos meios eletrônicos e massivos de modo geral. Trata-se de uma noção que, assumida como regra geral nos cursos, empresas e em vários estudos sobre os meios de comunicação social, engendra, como princípio teórico e prático, o rigor de uma lógica unilateral, na qual se pressupõe, autoritariamente, a transposição de saber de um emissor para um receptor. O segundo, o processo que entende a comunicação em seu caráter social e coletivo, apresenta-se mais adequado às necessidades contemporâneas, porque prima pela imprescindível necessidade de criação de um diálogo, lugar de confronto e de troca de saberes entre os vários sujeitos da contemporaneidade.

Comentário [MSOffice1]:

Comentário [MSOffice2]:

A coexistência desses dois possíveis modos de pensar a comunicação provoca, em certos autores, debates e reflexões acerca do conceito com o qual se deve trabalhar. Raymond Williams, por exemplo, que fez suas investigações na perspectiva da cultura, busca um sentido que deriva exclusivamente do aspecto simbólico que abarca o fenômeno comunicacional. Para esse autor, “nosso erro está em não nos atentarmos que muito do que chamamos comunicação, nada mais é do que transmissão: remessa num único sentido.” (Williams, 1969: 311).

O “tornar comum”, diante do exacerbamento da técnica, adquire uma dimensão da ordem do impossível. A velocidade com que se reproduzem os discursos, de certa forma, legitima a necessidade do estabelecimento de um processo de sistematização do discurso mediático. A informação, noção ancorada em uma perspectiva matemática, ganha um lugar preponderante porque simplifica e objetiviza o processo de transmissão.

Assim, somente com os olhos voltados ao histórico que se instaura na execução do projeto moderno, pode-se perceber com clareza como a noção de comunicação, nas sociedades em processo de industrialização, precisou ser destituída de modo a dar lugar ao que nela se faz estrutural: a informação. Por questões de ordens práticas — por exemplo, o avanço tecnológico dos meios e o processo de aceleração na veiculação das mensagens — e teóricas — a teoria da informação funda a relação entre os meios e o homem¹⁹ — o que é comunicação adquire uma noção etérea, da ordem do inalcançável. O “tornar comum”, sob esse viés paradigmático, não se concretiza, torna-se mera conjectura.

Porém, quando o propósito é trabalhar em uma perspectiva plural, a noção de comunicação com a qual se opera precisa ser redimensionada. Não só pelas características que a sociedade pós-industrial apresenta — aqui é importante lembrar a reconfiguração da noção de saber e conhecimento que coloca o homem na condição do exercício de uma subjetividade mais voltada para o presente e para a ação — como também pela noção de que o ato de comunicar não desabilita uma prática informativa.²⁰

O redimensionamento da noção de comunicação que aqui se propõe considerar, portanto, é decorrente dessas observações, além de se inspirar na perspectiva de Maria Céres Castro, para quem a comunicação é “uma atividade conjunta de construção de uma perspectiva comum, de um ponto de vista partilhado, como base para a inferência e a ação” (1997: 266). Ao apropriar-se das observações de Quéré,²¹ a autora afirma que a “comunicação, especialmente a mediática [é], ao mesmo tempo (...), instituída pelo complexo de relações que existem num determinado

¹⁹ Nesse aspecto é importante lembrar a distinção que se faz entre informação e significação. A segunda é deixada de lado pela teoria da informação que aborda esse conceito, o de informação, sob o ponto de vista de uma linguagem *isenta*, desprovida de uma *subjetividade*. Esta, porque vinculada ao processo de significação, torna-se inoperante no ato pensado como puramente informativo. Cf. Coelho Netto (1983: 119).

²⁰ No exercício de comparação entre os discursos literário e jornalístico, por exemplo, nota-se a possibilidade de pensar a informação como elemento incorporado ao ato comunicativo. Na junção do ficcional e do factual, percebe-se que onde houver comunicação há sempre algo a ser informado; importante notar, a recíproca não é verdadeira. Cf. Resende (2002).

²¹ O autor diz: “Quando eu falo de uma perspectiva comum, eu não espero nem uma concordância de pensamento ou de opiniões, nem uma convergência de pontos de vista pessoais, mas o fato, para os parceiros, de construir juntos o lugar comum a partir do qual eles vão momentaneamente se relacionar uns com os outros, se relacionar com o mundo e organizar suas ações recíprocas” Quéré (1991: 7).

território” e instituinte, porque “sua ação acaba também por instituir esse mesmo complexo de relações” (1997: 266). Para Quéré, este viés refere-se a uma abordagem comunicacional que, além de relacionar a objetividade e a subjetividade, confere primazia à linguagem, o que no caso da nossa proposta é pressuposto do modelo que propõe ler o jornalístico, a comunicação social e a sociedade pela *lógica do texto*.

Nossa reflexão pretende chamar atenção para o fato de que a sociologia da comunicação, pelas mesmas razões históricas que aqui apontamos e na sua dimensão clássica e dominante que o *texto das lógicas* comporta, possa estar por demasiado dedicada às questões relativas às problemáticas da informação. E o que sugerimos, nesse aspecto, é que ela – e vale dizer que para o campo dos media o caminho não é distinto – esteja atenta às questões aqui levantadas e se disponha a trabalhar, mais detidamente, no âmbito dos meandros que envolvem a problemática de um conceito de comunicação que se encontra, relativamente, perdido ou desperdiçado, para usarmos um termo que nos chega na perspectiva de uma sociologia das ausências. Nesse sentido, procurar trabalhar à luz do conceito de comunicação é salutar, não só porque ajuda a recuperar lógicas e saberes esquecidos, mas também porque problematiza as relações que se estabelecem e se recriam na sociedade pós-eletrônica.

Diferentes olhares, diferentes perspectivas: as ausências em questão

O trabalho de reconhecimento da existência, no jornalismo, de diferenciadas formas de narrar o mundo traz em seu bojo o desejo de inscrever, no universo epistemológico do campo dos media, outras práticas e saberes que precisam se fazer presentes, principalmente porque o mundo no qual vivemos assim o impõe. Em outras palavras, a crítica que fazemos em relação à predominância do conhecimento hegemônico positivista e unilateral acerca da comunicação social e do jornalismo é, de alguma maneira, a própria crítica à razão indolente, como é proposta por Santos (2000), já que visa à criação de uma reapropriação do conhecimento instituído e legitimado pela modernidade.

Sob essa ótica, há que ressaltar, as narrativas de resistência são formas ausentes no universo epistemológico da comunicação social e do jornalismo e pedem reconhecimento para que possam se fazer presentes. Nesse sentido, o estudo acerca dessas narrativas visa à recuperação da experiência desperdiçada, uma vez que coloca em questão a razão que as deteve em um lugar tão inferiorizado em relação às narrativas jornalísticas legitimadas pelos “padrões oficiais”. A *lógica do texto*, porque traz à tona a coexistência de narrativas, está no percurso de

uma contra-hegemonia, primeiro porque nega a possibilidade de que o *texto das lógicas* seja o único modo possível de ler e falar do mundo, depois porque torna presente outros narrares, legitimando-os no contexto próprio do campo dos media.

A sociologia da comunicação, atenta à dimensão da narrativa, à necessidade de refletir do ponto de vista de um conceito de comunicação problematizado e à existência das variadas formas de narrar o mundo, conforme sugerimos, pode se fazer mais apta a apropriar-se de outros olhares que ampliem as perspectivas com que toma a sociedade e os meios como objetos de estudo. E nesse aspecto, a sociologia das ausências parece fundamental, seja porque ela nos provoca a pensar o social na perspectiva das não-existências produzidas pela lógica moderna ou porque ela pode contribuir para que tornemos presente o que na sociedade contemporânea tem resistido e sobrevivido à ordem hegemônica (Santos, 2002).

Diante dessa proposta que visa à reflexão acerca de uma lógica que possa ser pertinente à rua, cabe ressaltar o caráter periférico que muitas vezes nos faz tomar esse espaço como lugar de não-existência. Na perspectiva de uma lógica social dominante, definida e estruturada no âmbito do que a modernidade reconhece como legítima, a rua é a própria ausência. No entanto, se ela é ausente, diante das lógicas produtivistas, de classificação social, das monoculturas do saber e do tempo linear e de uma escala de dominância de tendências globalizantes (Santos, 2002), ela é, ao mesmo tempo, absolutamente resistente porque, talvez particularmente no Brasil, cria e recria outras sobrevidas e outras práticas.²²

Na rua, o que se faz e o que se vive é considerado sobra ou mesmo lixo, já que a ordem dos interesses hegemônicos legitima, entre outros aspectos, o que é superior, produtivo e linearmente ordenado. Dentro das limitações que esse ensaio impõe, torná-las presentes se faz necessário e, sob essa perspectiva, o sentido que escolhemos dar à palavra rua é absolutamente objetivo e concreto. Na rua, notamos a presença de agentes e experiências narrativas de entrelaçamento do cotidiano que, no âmbito dessa reflexão, são instâncias e modos para os quais nos propomos a dirigir o olhar.

²² Um trabalho clássico de antropologia brasileira que primeiro aborda a rua como lugar de produção de sentido e constitutivo de uma lógica própria, sendo a da casa vista como central e a da rua como periférica, é DaMatta (2000).

Da perspectiva da rua: outras existências, outros narrares

No que diz respeito à prática jornalística e ao processo de construção de conhecimento acerca do jornalismo, muito se tem lamentado o fato de se ter perdido contato, em termos simbólicos e objetivos, com a rua. A redução da prática à técnica, certamente, é um dos fatores preponderantes neste processo. Nesse ensaio, do ponto de vista da comunicação social e do jornalismo, a contribuição que pensamos ser possível dar para que, efetivamente, o olhar sobre os dois campos se apresente ampliado, parte da perspectiva do que propomos chamar de “rua”. Não se trata, é preciso ressaltar, do espaço físico, tal qual conhecemos, mas de uma ordem conceitual e simbólica que visa a reiterar, em uma perspectiva macro, o caráter de ausência que reconhecemos tanto no que se refere às articulações práticas como teóricas nos campos da comunicação social e do jornalismo.

Há que considerar, nesse aspecto, a contundência do tempo presente em nos apontar ritmos e sons que devemos ouvir. Por exemplo, além das falas das ruas a que já nos referimos anteriormente, percebe-se, atualmente, uma mobilização significativa em torno da articulação e da organização de jornais e revistas que têm sido feitos pela população que tem trajetória de vida nas ruas.²³ Se este fato, que apesar de assumir contornos estritamente locais não é peculiaridade do Brasil, denota uma necessidade que esses agentes têm de se fazerem ouvidos e/ou representados, há de se ressaltar que ele suscita, também, a possibilidade de que nós, munidos do saber acadêmico e científico com o qual a comunicação social e o jornalismo operam, não estejamos nos fazendo aptos a escutá-los e/ou representá-los.

Vale ainda dizer, este dado reitera a tese de que um pensamento atrofiado nos campos em questão tem produzido narrativas atrofiadas. E já que a rua parece apresentar a demanda de falar por si própria, esta constatação reforça a hipótese de que o reconhecimento e a identificação de saberes e agentes não-hegemônicos é fundamental para a revisão dos saberes, dos agentes e das práticas que, na corrente hegemônica do processo, têm cumprido a tarefa de falar pelos outros. Diante disso, a dimensão metafórica que desejamos dar à palavra rua diz respeito aos dois elementos para os quais, anteriormente, chamamos atenção: a) o caráter de emergência das narrativas na sociedade contemporânea; b) a força da comunicação como signo de relação.

²³ São várias as cidades no Brasil e no mundo que têm se servido desses jornais. Em Londres, *The big issue*; Barcelona, *La farola*; Lisboa, *Cais*; Buenos Aires, *La calle*; São Paulo, *O trincheiro*; Porto Alegre, *Boca da Rua*, entre outros. É certo que cada um apresenta motivos objetivamente peculiares para a sua constituição, como também é certo que todos têm em comum a busca por um canal de interlocução com a sociedade na qual se inserem.

Na perspectiva do primeiro elemento metafórico que desejamos cotejar, “rua” quer simbolizar a eclosão e a emergência de narrativas, fato que tem profunda relação com os processos globalizatórios que temos experimentado no tempo presente. Uma leitura que aborde a noção de globalização em uma perspectiva plural, permite-nos considerar a variedade de experiências e agentes sociais com os quais convivemos no contemporâneo. Tratam-se de práticas e saberes sociais e culturais que, uma vez transnacionalizados, e em um processo aparentemente contraditório, ressaltam e fazem emergir diferenças. Para Santos, trata-se de um modo de produção de globalização, a que ele chama de “cosmopolitismo”, que se configura em práticas e discursos de resistência contra as trocas desiguais produzidas no sistema mundial tardio (2002: 73). Ou, de outro modo, seriam as unidades sociais, re combinadas a partir da reordenação espaço/tempo (DaMatta, 2000: 39), em processo de rearticulação e recriação de modos de pertencimento, hoje ressaltados pelo campo dos media.

No âmbito da nossa reflexão, é sob essa perspectiva que tais experiências e agentes têm sido provocados a produzir narrares, vale dizer, com os recursos tecnológicos propiciados pelo crescimento e avanço das “máquinas narrativas”. Tratam-se de discursos que, de algum modo, resistem às práticas e aos agentes dominantes, pois são formas que se tem encontrado para fazer manifestar os localismos exacerbados pelos próprios processos globalizatórios. Tais dizeres, de alguma maneira, além de nos remeter a uma dimensão cultural complexa dos processos de globalização, precisam ser vistos como resistências que, na sociedade mediatizada, se manifestam em forma de narrativas mediatizadas.

A existência de tais narrativas, é preciso ressaltar, apresentam-se estritamente vinculadas às reconfigurações que a experiência sofre na modernidade. Rodrigues, ao traçar uma perspectiva genealógica da experiência comunicacional e do discurso da globalização, chama atenção para a mudança no caráter da experiência globalizada. Para esse autor, a invenção das máquinas provocou etapas de desterritorialização da experiência (2000: 4). Nesse sentido, muito mais do que na época da invenção das máquinas, a experiência hoje se caracteriza pela sua culturalidade. E as narrativas, vale dizer, configuram-se como o espaço em que a experiência cultural desterritorializada se materializa.

Os efeitos dessa constatação, para a comunicação social e o jornalismo, tanto podem significar um risco à subsistência das práticas e saberes dominantes, como o sinal necessário para que se parta em direção a uma atitude de renovação. No que diz respeito ao nosso trabalho, é esta a perspectiva que escolhemos.

A segunda metáfora que desejamos aludir quando trazemos a “rua” como lugar de produção de sentido, diz respeito às características intersticiais dessas narrativas de resistência. Desprovidas do caráter conceitual que o *texto das lógicas* pressupõe, tais narrativas trazem à tona a problemática da dicotomia que a modernidade criou entre as noções de comunicação e informação. As experiências de resistência, é preciso ressaltar, primam pela aplicação do conceito de comunicação como signo de troca e relação.²⁴ Não há, por princípio, uma preocupação com o caráter informativo que define a narrativa jornalística dita “oficial”, há uma necessidade de narrar, o que em sua concepção clássica significaria repassar experiências. (Benjamin, 1985) No entanto, e é aí que o paradoxo se estabelece, elas não deixam de ser informativas, do ponto de vista mesmo da comunicação social e do jornalismo.²⁵

A perspectiva dicotômica, inscrita no campo da comunicação social pelos mesmos motivos que serviram para que fosse instaurado o *texto das lógicas*, tem sido determinista e certamente causadora de muitos dos entraves que têm feito do jornalismo um campo distante do cotidiano. Resistir a esse princípio disjuntivo, que, no campo do jornalismo oferece à informação o sentido de objetividade e precisão e à comunicação a ordem impossível do subjetivo, é uma das lutas mais prementes no campo da comunicação social atualmente. É instigante que seja na dimensão complexa dos processos globalizatórios que seja possível revê-lo. Adriano Rodrigues atenta para o seguinte aspecto:

Apesar da informação ser cada vez mais globalizada, atingindo a totalidade do planeta, a esfera da comunicação é cada vez mais enraizada na experiência concreta de cada uma das comunidades humanas e das suas culturas, levando mesmo ao exacerbamento da diversidade da experiência. (2000:11)

Desse modo, se o nó que hoje prende o campo do jornalismo a um traçado menos humano e mais técnico encontra-se na crença de que articular comunicação e informação é da ordem do impossível, cumpre ressaltar que é o reconhecimento da diversidade da experiência, expressa em narratividades, um dos caminhos possíveis para que outra rede seja tecida.

²⁴ Nossa abordagem se faz valer do paradigma comunicacional a que alude Quéré (1991). Do mesmo modo, trabalhamos com Martín-Barbero (1997), que propõe o trabalho das mediações como uma alternativa ao paradigma informacional.

²⁵ Aqui tocamos em um dos pontos nevrálgicos da nossa reflexão. Benjamin (1985) apresenta um dilema central que problematiza a questão da narrativa na perspectiva da informação. Para o autor, em uma reflexão feita nos anos 40, o surgimento da informação inviabiliza a prática narrativa, porque a sistematiza e condensa. Aqui pretendemos ressaltar que a crítica do autor é absolutamente pertinente no que diz respeito, particular, às narrativas atrofiadas construídas pelo *texto das lógicas*. À luz da *lógica do texto*, no entanto, as narrativas de resistência, que têm se mostrado contundentes no que diz respeito à dilatação das formas narrativas, não deixam de apresentar o caráter informativo ressaltado pelo pensamento jornalístico dominante. Cf. Resende (2002).

Roberto DaMatta, quando pensa casa e rua, encontra no espaço periférico a dimensão do sujo, a marca de “um espaço físico confuso e necessariamente ambíguo” (2000: 45) A rua, nos sentidos que aqui propomos conhecer, traz em sua lógica esta mesma marca, a do conflito e da contradição, zona que a comunicação social e o jornalismo, que se procurou fazer limpo durante o processo de criação das máquinas e das técnicas que formatariam suas narrativas, evitou entrar. Nesse sentido, a divisão casa/rua também serve como metáfora para a disjunção informação/comunicação. A primeira é a que se pensa central e limpa, e a segunda, no universo das *lógicas*, torna-se periférica, porque ruidosa e ambígua.

Os dois espaços, ainda para DaMatta, apresentam lógicas próprias aparentemente excludentes. Nota-se que a lógica da casa exerce uma dominância, porque autoritária, sobre a rua. No entanto, é inevitável a promiscuidade entre ambos os espaços, porque no cotidiano eles se reproduzem mutuamente (2000: 56). Novamente, uma analogia esclarecedora e inevitável: o texto “limpo”, ou a narrativa atrofiada, inegavelmente, tem encontrado espaço de dominância no campo dos media, como vimos tanto em sua perspectiva epistemológica como prática. No entanto, à luz de uma noção complexa de cultura globalizada, as resistências, se vistas em uma dimensão contra-hegemônica, podem provocar o contato. O que a lógica da rua suscita, nesse aspecto, é a possibilidade do confronto que, por sua vez, pode trazer como consequência a criação de ritos narrativos diversificados.

Desse modo, a dimensão da narrativa (na perspectiva da experiência globalizada) e o conceito de comunicação (desvinculado da relação dicotômica) são as ausências que a lógica da rua permite ver. Talvez, se recuperados e problematizados no “grande” texto jornalístico – o que abrange sua dimensão teórica e prática – seja possível, no tempo presente, renovar práticas e saberes no campo dos media, de modo a possibilitar maiores abrangências no que tange à compreensão dos modos de ler e tecer o mundo. Aos campos em questão, incluindo o da sociologia da comunicação, cabe o sentido da inclusão e o da agregação, que somente se faz possível se houver disposição em observar e escutar o estranho que, apesar das *lógicas*, resiste enquanto *texto*.

Referências bibliográficas

Appadurai, Arjun (1996), *Modernity at Large – Cultural Dimensions of Globalization*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

Appadurai, Arjun (2000), “Grassroots and the Research Imagination”. *Public Culture*, 12, (1). Duke University Press.

Bakhtin, Mikhail (1995), *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec.

Bakhtin, Mikhail (1997), *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes.

Barthes, Roland (1971), *Análise estrutural da narrativa*. Petrópolis: Vozes.

Benjamin, Walter (1985), “O narrador — considerações sobre a obra de Nicolai Leskov” *in Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense.

Borelli, Silvia e Maria Immacolata V. Lopes (2002), *Vivendo com a telenovela: mediações, recepção, teleficcionalidade*. São Paulo: Summus.

Castro, Maria Céres Pimenta Spínola (1997), *Na tessitura da cena, a vida: comunicação, sociabilidade e política*. Belo Horizonte: UFMG.

Certeau, Michel de (2000), *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes.

Coelho Netto, J. Teixeira (1983), *Semiótica, informação e comunicação*. São Paulo: Perspectiva.

DaMatta, Roberto (2000), *A casa e a rua – Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco.

França, Vera V (1998), *Jornalismo e vida social – A história amena de um jornal mineiro*. Belo Horizonte: UFMG.

Habermas, Jürgen (1986), *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Biblioteca Tempo Universitário.

Martín-Barbero, Jesús (1997), *Dos meios às mediações – Comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro, UFRJ.

Mattelart, Armand e Michèle Mattelart (1999), *História das teorias da comunicação*. São Paulo: Loyola.

Mendes, José Manuel (2003), *Do ressentimento ao reconhecimento – Vozes, identidades e processos políticos nos Açores (1974-1996)*. Porto: Afrontamento.

Miège, Bernard (1992), “El espacio público visitado de nuevo (I) e (II)”, in *La sociedad conquistada por la comunicación*. Barcelona: ESRP/PPU.

Quéré, Louis (1991), “D’un modèle épistemologique de la communication à un modèle praxéologique”. *Reseaux*, 46-47.

Resende, Fernando (2002), “O olhar às avessas – A lógica do texto jornalístico”. São Paulo: ECA/USP.

Resende, Fernando (2002), *Textuações: ficção e fato no novo jornalismo de Tom Wolfe*. São Paulo: Annablume/Fapesp.

Rodrigues, Adriano Duarte (1984), *O campo dos media – Discursividade, narratividade, máquinas*. Lisboa: A regra do jogo.

Rodrigues, Adriano Duarte (2000), “Para uma genealogia do discurso da globalização e da experiência”, *BOCC – Biblioteca Online de Ciências da Comunicação*, Lisboa.

Santos, Boaventura de Sousa (1987), *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Afrontamento.

Santos, Boaventura de Sousa (1989), *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Porto: Afrontamento.

Santos, Boaventura de Sousa (1997), “A queda do *Ángelus Novus* – Para além da equação moderna entre raízes e opções”, *Revista Novos Estudos Cebrap*, 47.

Santos, Boaventura de Sousa (2000), *A Crítica da razão indolente*. São Paulo: Hucitec.

Santos, Boaventura de Sousa (2002), “Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63.

Touraine, Alain (1995), *Crítica da modernidade*. Petrópolis: Vozes.

Williams, Raymond (1969), *Cultura e sociedade*. São Paulo: C.E.N..